

**EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 1.815.494 - SP (2019/0144252-2)**

**RELATOR : MINISTRO MARCO BUZZI**  
**EMBARGANTE : SPE RESIDENCIAL PARQUE DOS IPES I**  
**EMPREENDEIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA**  
**ADVOGADOS : EDUARDO LEMOS PRADO DE CARVALHO - SP192989**  
**LUCIANA MOGENTALE ORMELEZE PRADO DE CARVALHO**  
**E OUTRO(S) - SP161332**  
**EMBARGADO : JOSE DELI BORGES NEVES**  
**ADVOGADO : ELLEN CRISTINA PEREIRA BARCELOS GOULART -**  
**SP310434**

### **DECISÃO**

Cuida-se de embargos de declaração, opostos por **SPE RESIDENCIAL PARQUE DOS IPÊS I EMPREENDEIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA.**, em face de decisão monocrática da lavra deste signatário (fls. 366/371, e-STJ), que negou provimento ao recurso especial por ela manejado.

Em suas razões (fls. 373/378, e-STJ), a embargante aduz a existência de contradição, sob o fundamento de não incidência da Súmula 283/STF, porquanto alega que infirmou os fundamentos da decisão agravada. Aduz, também, ter demonstrado o dissídio jurisprudencial.

Sem impugnação.

É o relatório.

Decido.

Os embargos merecem parcial acolhimento.

**1.** Com efeito, a teor do artigo 1.022 do CPC/15, o recurso de embargos de declaração objetiva suprir omissão, dissipar obscuridade, afastar contradição ou sanar erro material encontrável em decisão ou acórdão.

Sob alegação de contradição, a embargante alega a existência de contradição, porquanto teria infirmado todos os fundamentos da decisão agravada.

De fato, verifica-se que a recorrente realmente atacou todos os fundamentos da decisão agravada, motivo pelo qual se passa à novo julgamento do reclamo no que tange à aplicação da Súmula 283/STF.

**1.1.** Da leitura do acórdão recorrido, extrai-se que a Corte Estadual concluiu que não existe propriedade fiduciária regularmente constituída, por ausência de registro imobiliário. Confira-se (fl. 279, e-STJ):

Isso porque, ao contrário do que sustenta a ré recorrente, não existe propriedade fiduciária regularmente constituída, por ausência de registro imobiliário.

É texto expresso do artigo 22 da L. 9.514/97 que a propriedade fiduciária se constitui com o registro. Antes disso, existe simples contrato de venda e compra entre as partes, destituído de qualquer garantia real.

Essa a razão pela qual se aplicam ao caso concreto as regras e a jurisprudência aplicável aos contratos de venda e compra.

O Tribunal de origem concluiu que não houve comprovação de registro da alienação fiduciária afastando, assim, a aplicação da Lei nº 9.514/97.

Assim, elidir a conclusão do Tribunal de origem acerca das questões que afastaram a aplicabilidade da Lei nº 9.514/97, quais sejam, que não houve comprovação de registro da alienação fiduciária demandaria a análise do contexto fático probatório dos autos o que se mostra inviável em sede de recurso especial a teor da Súmula nº 7/STJ, que impede o conhecimento do recurso por ambas as alíneas do permissivo constitucional.

Em seu recurso especial a recorrente afirma que o registro não foi efetivado por culpa exclusiva do recorrido “*que de maneira desidiosa deixou de praticar tal ato, bem como não entregou à recorrente os valores para que esta pudesse fazê-lo, descumprindo, portanto, a expressa previsão das cláusulas contratuais nº 29 e 31*” (fl. 296, e-STJ).

Ocorre que a questão referente à suposta culpa do recorrido não foi objeto de análise por parte da Corte estadual, tampouco constou nos embargos de declaração opostos pela recorrente, carecendo do necessário prequestionamento, a Súmula 282/STF, que também impede o conhecimento do recurso por ambas as alíneas do permissivo constitucional.

No mesmo sentido:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E MATERIAIS. PREQUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA. SÚMULA Nº 282/STF.

1. Recurso especial interposto contra acórdão publicado na vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).

2. Ausente o prequestionamento, até mesmo de modo implícito, do dispositivo apontado como violado no recurso especial, incide, por analogia, o disposto na Súmula nº 282 do Supremo Tribunal Federal.

3. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp 1578006/MT, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 09/03/2020, DJe 13/03/2020)

AGRAVO INTERNO EM RECURSO ESPECIAL. PLANO DE SAÚDE. PREQUESTIONAMENTO AUSENTE. SÚMULAS 283 E 284 DO STF. INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. DIREITO PATRIMONIAL TRANSMISSÍVEL AOS HERDEIROS. DECISÃO INALTERADA. RECURSO QUE DEIXA DE IMPUGNAR ESPECIFICAMENTE OS FUNDAMENTOS DA DECISÃO ORA AGRAVADA. INCIDÊNCIA DOS ARTS. 932, III, E 1.021, § 1º, DO CPC/2015 E DA SÚMULA 182 DO STJ. AGRAVO NÃO PROVIDO.

1. O prequestionamento é exigência inafastável contida na própria previsão constitucional, impondo-se como um dos principais pressupostos ao conhecimento do recurso especial. Por isso que, não decidida a questão pela instância ordinária e não opostos embargos de declaração, a fim de ver suprida eventual omissão, incidem, por analogia, os enunciados n. 282 e 356 da Súmula do Supremo Tribunal Federal.

2. Na espécie, sendo a indenização perseguida um direito patrimonial transmissível aos herdeiros, é legítima a fixação das cotas partes para cada um deles.

3. Inexistindo impugnação suficiente, como seria de rigor, aos fundamentos da decisão ora agravada, essa circunstância obsta, por si só, a pretensão recursal, pois, à falta de contrariedade, permanecem incólumes os motivos

# *Superior Tribunal de Justiça*

expendidos pela decisão recorrida.

Incide na espécie o disposto nos arts. 932, III e 1.021, § 1º, do Código de Processo Civil de 2015 e a Súmula n. 182 do Superior Tribunal de Justiça.

4. Agravo interno não provido.

(AgInt no AgInt no AREsp 1555840/RJ, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 03/03/2020, DJe 11/03/2020)

**2.** No mais, a presente insurgência não revela quaisquer dos vícios autorizadores da oposição dos embargos de declaração, os quais, ressalte-se, não podem ser utilizados como instrumento para a rediscussão do julgado.

Com efeito, o aresto proferido em sede de agravo demonstrou as razões do desprovimento do recurso no que respeita à alegação de dissídio jurisprudencial, motivo pelo qual se verifica que os aclaratórios, neste ponto visam unicamente atribuir desfecho favorável a sua tese, com a rediscussão do julgado, o que resta vedado na estreita via recursal sob foco.

**3.** Do exposto, acolho parcialmente os embargos de declaração, nos termos da fundamentação supra, sem modificar o resultado do julgado.

Publiquem-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 23 de março de 2020.

**MINISTRO MARCO BUZZI**

Relator